



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da 224ª reunião do Conselho Administrativo da Suframa**

Manaus-AM, 18 de dezembro de 2006

Primeiro, cumprimentar o nosso companheiro governador do estado do Amazonas, Eduardo Braga,

Cumprimentar o governador do estado de Roraima, Ottomar de Sousa Pinto,

Cumprimentar o nosso querido companheiro Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

O nosso companheiro Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego,

Cumprimentar os deputados federais aqui presentes,

Cumprimentar a nossa querida Flávia, pelo trabalho e dedicação,

O nosso querido companheiro Serafim Corrêa, prefeito de Manaus,

Os deputados estaduais,

O Luciano Jorge, coordenador-geral do Conselho Administrativo da Suframa,

O Paulo Roberto Maciel, representante da Suframa,

O Waldemir de Souza Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos,

Cumprimentar cada um de vocês, que são conselheiros da Suframa, funcionários da Suframa, empresários e convidados que participam deste quase “dia do Fico”, que gritaram aí atrás,

Meus amigos e minhas amigas,

Hoje, eu estou muito mais à vontade para dizer algumas coisas que antes do processo eleitoral era difícil dizer, sem que o que nós disséssemos não parecesse, aos olhos da opinião pública, simplesmente uma promessa eleitoral.



Eu, antes de ser presidente da República, tinha perdido três eleições. E foi exatamente a minha derrota na primeira eleição, em 1989, que me deu a consciência de que ninguém conseguirá governar este País com o acerto que o País precisa de um governante, se os governantes não conhecerem o Brasil. E, por isso, resolvi fazer as Caravanas da Cidadania e percorri este País de trem, onde tinha trem ainda, de ônibus, de barco – fiz três Caravanas das Águas – e me convenci de que o País não poderia ser governado de Brasília, ou de São Paulo, ou do Rio de Janeiro, ou daqui, de Manaus, se o governante não tivesse uma dimensão geral sobre as diferenças do nosso querido País.

Isso me fez apresentar, para cada viagem que fazia, uma espécie de proposta de desenvolvimento regional. E isso consolidou, na minha cabeça, a idéia de que um país da dimensão geográfica do Brasil tem que ser pensado globalmente, tem que ser pensado regionalmente e tem que ser pensado setorialmente. Foi por isso que, quando nós ganhamos as eleições, uma das primeiras reuniões que nós fizemos foi no estado do Acre, na capital Rio Branco, para discutir o modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Eu sei que muita gente estranha, porque dizem que o Lula fala muito na região Norte do País e na região Nordeste. Por isso, nós brigamos tanto para que a gente pudesse ver aprovadas, novamente, a Sudam e a Sudene, porque nós entendemos que se tivesse corrupção nessas instituições, ou se elas tivessem fugido às razões principais pelas quais foram criadas, ao invés de você extingui-las, você poderia mudar os homens e colocar gente mais competente, que elas funcionariam perfeitamente bem, e nós estamos provando isso com o Basa e com o BNB.

Bem, a partir dessa visão de mundo e dessa visão do Brasil, da necessidade do desenvolvimento que leve em conta a regionalização, eu nunca tive duas caras, nem enquanto candidato, nem enquanto presidente da República. Ou seja, enquanto candidato, se eu ia num lugar, eu dizia que ia fazer as coisas. Em 1989, recusei ir ao marco zero da Santarém-Cuiabá,



porque queriam, os eleitores da época, que eu fosse lá, no marco zero, e decretasse, que desse a minha palavra, que eu ia fazer a estrada. Eu falei: não vou dizer porque não conheço, não sei do projeto, como é que eu vou assumir o compromisso de que vou fazer? Eu não fiz, não assumi compromisso. E somos exatamente nós, que não assumimos compromisso, que vamos fazer a ligação Cuiabá-Santarém, via BR 163, e vamos fazer porque entendemos que é necessário. Eu, que fui um dos maiores críticos da Ferrovia Norte-Sul, já fiz em quatro anos mais que os outros fizeram, em 18, da Ferrovia Norte-Sul, porque a gente vai ficando mais velho, os cabelos vão ficando brancos, a gente vai tendo maior dimensão da realidade do País e das necessidades.

Por isso é que nós resolvemos, ao ganhar as eleições, dizer que nós queremos destravar o nosso País. Destruar o nosso País, Flávia e Furlan, é a gente pensar o seguinte: por que a Suframa tem 500 milhões em caixa e esse dinheiro é contingenciado? Lamentavelmente, isso é que nem na casa da gente, ou seja, muitas vezes você recebe um bolo de dinheiro, o pai e a mãe se reúnem para pagar as dívidas e você é obrigado a fazer contenção de despesas aqui ou ali. Na verdade, aqueles que têm lucro pagam, porque se tivessem déficit, o País estava ainda mais desgraçado. Aqueles que têm lucro, como a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Suframa, terminam arcando com uma parcela para preencher a parte do bolo que falta ser preenchida por outras regiões do País.

Mas, eu quero dizer a vocês da Suframa, e tenho dito isso nas reuniões em que o Furlan tem me colocado esse problema, que nós haveremos de encontrar um jeito de não permitir que as pessoas sejam castigadas porque dão certo. Ou seja, na medida em que um projeto, uma superintendência como a Suframa dá certo, tem o parque industrial desenvolvido e, portanto, arrecada mais dinheiro, é muito importante que uma parte desse dinheiro seja devidamente aplicado aqui para permitir mais rendimento.

Quando eu sou informado que as ruas da Zona Franca de Manaus estão



esburacadas porque não tem dinheiro, eu quero dizer para vocês que eu vejo isso quase como uma coisa patética, certamente as pessoas que têm que decidir isso não estão no cotidiano dos problemas, esse é um problema da máquina burocrática. É que nem sempre o técnico tem a mesma dimensão, não porque não tem competência, às vezes ele é muito mais competente do que quem dirige, mas ele não tem a paixão da sensibilidade política de saber: olha, precisa ou não precisa fazer? Porque senão, todos nós estaremos determinados a cumprir apenas o receituário que foi feito há muitos e muitos anos, do que pode ou não pode, e pode acontecer uma guerra ali no meio que a pessoa não muda um milímetro.

Então, eu quero dizer, e eu não poderia dizer isso aqui como Presidente, mas não tem sentido que as cidades pequenas da região Norte do País e os estados não recebam um pouco do dinheiro da Suframa para que eles possam se desenvolver com um pouco mais de competência e com um pouco mais de prudência. Eu vou tratar disso dentro da minha lógica de destravar o País, isso significa um travamento, ou seja, você castiga o Banco do Brasil porque tem lucro, você castiga o BNDES porque tem um pouco de lucro, e você vai assim montando o seu conjunto de recursos para poder pagar as dívidas que os outros fizeram. Lamentavelmente, isso é a administração pública. Nós temos que pagar as dívidas porque queremos honrar os compromissos que este País fez. E, portanto, nós temos que encontrar o dinheiro para pagar, mas sem levar, *ad eternum*, vários setores que precisam dar certo, ao sacrifício. Portanto, a Zona Franca é uma das coisas que está dentro da minha teoria do destravamento deste País.

A segunda coisa que eu queria dizer é que nós temos que olhar: qual será o futuro de um estado como Roraima? Qual será o futuro? Metade está demarcada como terra indígena, a outra metade da terra está com o Incra. Ou seja, o estado fica sem poder oferecer, a quem quer que seja que vai investir lá, a possibilidade de um futuro. Então, não é um problema do governador ou



um problema do presidente, é um problema que o País tem que resolver.

Qual será o futuro do Amapá? O que nós vamos querer para o Amapá? Quando tomei posse, eu imaginei que a gente ia fazer a ponte Brasil-França, que havia interesse dos dois países. Hoje, o que acontece? Eu estou terminando o primeiro mandato, já pensei em tomar champagne naquela ponte umas dez vezes e não vou tomar porque a ponte não saiu ainda, e a burocracia brasileira é tão empedernida quanto a burocracia da França. Ou seja, um dia eu pego 11 advogados brasileiros indo para Paris para discutir a ponte e o dinheiro da passagem daria para fazer a ponte. Ao invés de 11, vai um advogado ou vão dois, façam uma reunião aqui no Brasil e tirem uma diretriz: qual é a sua defesa lá em Paris?

Mas o que nós vamos querer do Amapá? O que nós queremos do Acre, como é que ele vai se desenvolver? O estado do Amazonas e o estado do Pará têm dimensões de grandeza própria para se desenvolver. Isto aqui já está consolidado como um parque industrial altamente moderno, invejável. O Pará tem uma estrutura de exportação também invejável. Mas os outros estados do Norte não têm. Então, nós vamos ter que cuidar disso, alguém tem que assumir a responsabilidade. Você não se preocupe não, viu, Ottomar? Não se preocupe. Não é porque eu perdi as eleições lá que eu vou deixar de cuidar de Roraima com carinho. Vou cuidar de Roraima e pretendo ir lá no começo do meu segundo mandato para discutir com o governo, com os políticos do estado, o que nós temos que fazer para ajudar, para que haja desenvolvimento. E, depois, Rondônia. São os estados que compõem essa parte Norte do País, que eu acho que têm que ter a oportunidade que já teve o Sul e o Sudeste há 50 anos. Eu não quero tirar nada de nenhuma parte do Brasil, não quero prejudicar, uma vírgula, nenhum estado do Sul nem do Sudeste, não quero, nem do Centro-Oeste. A única coisa que eu quero é garantir às outras regiões do País a oportunidade que eles já tiveram há 50 anos, porque senão é mais um século em que nós vamos ter duas regiões



altamente empobrecidas e outras regiões com pobres, mas com potencial de desenvolvimento padrão, padrão chinês, padrão europeu, padrão americano, ou seja, alta tecnologia. Esse atraso é que nós precisamos superar.

E esse atraso também envolve um investimento na questão da ciência e da tecnologia, porque se você olhar o percentual de doutores formados nesta região e formados na região mais desenvolvida, a maioria está para lá. É preciso formar os doutores aqui, para que isso aqui também conquiste, em pesquisa, a mesma competência que outras regiões do País. Por isso é que nós vamos levar o compromisso que eu assumi na campanha, e vou cumprir, que cada cidade-pólo deste País terá uma extensão universitária e terá uma escola técnica. Quero que vocês me cobrem no final do mandato. Não importa que sejam 200, 300 cidades. Ou nós fazemos isso, ou nós não competiremos com os nossos concorrentes que estão disputando conosco na OMC, que estão disputando conosco nos contrabandos.

Nós temos que saber que na nossa relação internacional e na nossa relação comercial não tem amigo, é disputa por espaço político. É a geopolítica comercial que vai determinar, é a nossa competência de colocar valor agregado, e por isso nós temos que investir na educação, não tem jeito. Não adianta dizer para mim que vamos gastar dinheiro, eu não considero gastar, considero investimento. Mas nós vamos ter que fazer o investimento necessário para que a gente tire o atraso a que o Brasil foi submetido durante esses últimos 40 ou 50 anos.

Eu sempre vou dormir pensando que, de vez em quando, as pessoas dizem: “Ah, fica caro fazer a reforma agrária, fica caro fazer investimento na educação, fica caro acabar com o analfabetismo”. Eu fico imaginando o seguinte: quanto custou a gente não fazer isso há 50 anos? Quanto custou ao Brasil não fazer as coisas corretas na década de 50, na década de 60? Hoje, nós estamos correndo atrás do prejuízo. Portanto, se o povo brasileiro me deu mais quatro anos de oportunidades, podem ficar certos de que nós vamos fazer



mais e muito melhor do que fizemos no primeiro mandato, porque o povo brasileiro não pode perder a esperança e o povo brasileiro não pode se ver frustrado outra vez.

E aí nós dissemos claramente o seguinte: o que precisa fazer no Brasil? Seria importante que todos nós, quando fôssemos dormir, fechássemos os olhos e imaginássemos o que aconteceu no Brasil de 1980 para cá, são duas décadas e meia em que o País não faz outra coisa a não ser correr atrás do prejuízo. Duvido que tenha tido um político neste País que passou uma semana, na década de 80, sem fazer 10 discursos contra a dívida externa, era o fim do mundo, a dívida externa ia acabar com o Brasil, tudo era em torno dela. Depois, era em torno da inflação, depois a Constituinte ia salvar o Brasil, ou seja, de vez em quando, nós arrumamos algumas coisas que funcionam como se fosse uma tábua de salvação. Nós preferimos, no nosso governo, não procurar uma tábua de salvação, mas tentar fazer um barco, uma canoa que desse a este País a sustentação que ele precisava para chegar onde nós chegamos.

Então, eu posso dizer para vocês da Zona Franca de Manaus, empresários, trabalhadores que, há muitos e muitos anos, o Brasil não tem uma situação confortável como nós temos hoje na questão macroeconômica. Eu sei que nós temos o desejo de que o País precisa crescer mais, eu também quero crescer mais, mas a gente vai poder crescer agora porque nós construímos as bases para crescer. Ele vai crescer agora e talvez seja a primeira vez na história deste País que ele pode crescer sem inflação alta, porque não faz parte da cultura do Brasil crescimento econômico com inflação baixa. Toda vez que nós crescemos bem, a inflação esteve lá em cima. Da mesma forma que, toda vez que nós decidimos exportar, nós asfixiamos o mercado interno, e toda vez que a gente tentava fortalecer o mercado interno, a gente matava as exportações.

O que acontece hoje no Brasil? Nós temos inflação controlada, nós



temos um crescimento exuberante das nossas exportações e um crescimento das nossas importações e, mais importante, um crescimento do mercado interno de consumo. O varejo tem crescido muito, e o Felipe sabe aí, pelo shopping dele que está crescendo bastante no varejo, que o povo está tendo acesso a produtos que até então não consumia. Além dessas coisas favoráveis – crescimento das exportações, crescimento das importações, crescimento do crédito interno, crescimento do varejo brasileiro – nós temos ainda o quê? Pela primeira vez, a nossa dívida externa é menor, a dívida externa pública é menor do que as reservas que nós temos em dólar. Portanto, se a gente quisesse pagar, pagava logo, vocês ficavam sem nada. Não, nós não precisamos fazer isso e já devolvemos os 15 bilhões deles. Não precisamos ficar com o FMI dando palpite aqui, pode pegar o dinheiro e ir embora que nós vamos resolver o nosso problema.

Então, a situação está dada, o Brasil está preparado para dar o próximo passo. Agora, para dar o próximo passo, tem que ter algumas coisas que aconteçam, que envolvam não apenas o governo, mas envolvam a sociedade brasileira. Eu vou dizer algumas delas.

Primeiro, as pessoas precisam acreditar no que a gente fala, porque investimento produtivo, em parte, é uma questão de oportunidade, em outra, é as pessoas acreditarem que aquilo pode acontecer, e para isso o governo tem que cumprir com a sua parte. Então, nós decidimos, nessa política de destravar o País, anunciar por esses dias uma política de desoneração de vários setores da economia brasileira, sobretudo desonerar os investimentos produtivos. Nós somos um país fantástico: a pessoa, quando quer fazer um investimento, começa a pagar o imposto antes de começar a ganhar o dinheiro. Primeiro, nós queremos que a pessoa faça o investimento e depois comece a pagar os impostos, já com o ganho do seu novo investimento.

Mas não é apenas isso. Também é marcar, no campo da infra-estrutura, o que nós precisamos fazer, quais as estradas que serão prioridade, quais os



gasodutos que serão prioridade, quais os aeroportos que serão prioridade, quais as pontes que serão prioridade, quais as hidrelétricas que serão prioridade.

E quando eu falo destravar, só para vocês terem uma idéia, desde 1992 eu ouço falar na Hidrelétrica de Belo Monte e, desde 1992, o Estado brasileiro está proibido de fazer o estudo, não é de fazer a hidrelétrica não, é de fazer o estudo. Nós, agora, estamos destravando as duas hidrelétricas do rio Madeira. Se a gente não tiver oferta de energia para oferecer quando convidar o empresário para fazer o investimento, ninguém vai produzir energia elétrica empinando pipa. Tem que ter hidrelétrica, tem que ter termelétrica, tem que ter a biomassa e a biotecnologia, e isso leva um certo tempo, ou, melhor, a hidrelétrica de biocombustível, a eólica. Agora, a hídrica ainda é a mais barata, e nós temos um potencial.

Então, nós precisamos tentar destravar onde tem gargalos e impedimentos para que a gente possa fazer, senão nós começaremos a ter problemas em 2011, em 2012. Quanto mais a economia cresce, mais vai precisar de consumo de energia e mais vai precisar construir. E eu não quero cometer o mesmo erro de alguns ditos conhecedores, que deixaram acontecer o apagão de 2001, quando todo mundo sabia que ele ia acontecer.

Portanto, se o governo brasileiro quiser passar seriedade, ele precisa agir com seriedade e as pessoas têm que acreditar que ele está sendo sério, porque não basta falar, é preciso saber se as ações do governo estão caminhando na direção do discurso. Porque se o governo falar uma coisa e fizer outra, ninguém acredita.

O que aconteceu aqui na Suframa, nesses quatro anos, é o que pode acontecer em outras regiões do País. Até porque, veja, eu estou muito mais à vontade hoje do que eu estava antes das eleições. Primeiro, porque nós temos alguns compromissos importantes com este País.

Eu vou dar uma idéia para vocês da dificuldade que é você decidir e



fazer uma coisa. A BR-101 Sudeste, que liga praticamente todo o Mercosul e que vai facilitar a vida de argentinos, uruguaios e brasileiros, de transitar para cá, de transitar carga, está sendo prometida há não sei quantos anos. No ano passado, eu tive que ir a Osório, no Rio Grande do Sul, receber a ordem de serviço que tinha sido dada pelo governo passado, que deu a ordem num dia e travou no outro dia, não aconteceu nada.

Quer dizer, ou nós assumimos a responsabilidade de que destravar o País é fazer as obras que nós precisamos fazer de infra-estrutura, seja Parceria Público-Privada, seja só o governo federal, ou nós fazemos, ou nenhum de nós vai colher aquilo que é preciso colher para o País crescer 5% ou 6% ao ano.

Eu quero dizer aos meus companheiros da Suframa, aos nossos conselheiros, aos empresários e aos trabalhadores, o que eu dizia em 2003: eu não tenho o direito de errar, eu não tenho. E por tudo o que aconteceu neste País, eu posso dizer que nós erramos menos do que os que me antecederam. E, neste segundo mandato nós temos, não o direito de errar, nós temos o direito de fazer mais e melhor, ou melhor, direito não, a obrigação de fazer mais porque nós já aprendemos, porque nós já sabemos onde está o caminho das pedras, nós já sabemos quem é que cria dificuldade, nós já sabemos onde está o caminho para tentar desburocratizar e destravar este País.

E quero dizer, meu caro Eduardo, que fique tranqüilo, que no nosso governo não há nada que possa criar qualquer prejuízo ao desenvolvimento da região Norte do País, ao desenvolvimento do Amazonas e ao recrudescimento da Zona Franca de Manaus. Isto aqui, eu freqüento esta Zona Franca de Manaus desde 1980, enquanto dirigente sindical. Já fiz muitas assembléias na porta de fábrica e eu tenho dimensão do que representa isto, hoje, para este estado.

Eu me lembro de que, quando eu vim aqui há uns oito, nove anos, encontrava companheiro chorando: “Ah, só tem 40 mil trabalhadores, só tem 30



mil, está diminuindo”. Estão lembrados disso? “Vai acabar a Zona Franca de Manaus, vai acabar”. Quantos trabalhadores tem hoje? Cento e oito mil, diretos. E não perca a esperança, Flávia, que vai crescer muito e muito mais, porque esse é um modelo que deu certo e pode ser estendido para outras regiões. Então, nós vamos discutir isso com muito carinho. Ottomar, não perca a esperança, eu só tenho quatro anos de mandato, você também só tem quatro anos de mandato. Pode ficar certo de que, nesses quatro anos, nós vamos fazer mais, melhor e com mais eficácia, porque eu não vou perder o tempo que nós perdíamos, não vai ter reuniões tão apressadas como esta do Furlan, porque esta reunião aqui, nem a burocracia dos partidos bolchevistas aprovava umas coisas tão rápidas como essas aqui. No governo tem um pouco mais de debates, o Furlan mesmo é um que fala demais nas reuniões, e lá tem espaço.

Mas eu vou dizer uma coisa para vocês: acho que todos nós aprendemos, acho que nós temos condições de fazer e eu estou convencido, meu caro Eduardo, meu caro governador Ottomar, eu estou convencido de que nós poderemos fazer muita coisa neste País. As coisas estão engatilhadas, os projetos estão definidos, já assumimos o compromisso de que vamos fazer acontecer essas prioridades para o Brasil, que logo, logo vamos anunciar. E aí é trabalhar, trabalhar e trabalhar para que a gente possa ver o Brasil superar, depois de 30 anos, o índice de 5% na economia. Mas não queremos que seja 5% e depois 2%, não. Também não precisamos ficar crescendo como crescia no auge do “Milagre Brasileiro”. O importante é a gente crescer de forma duradoura 10 ou 15 anos, com a inflação controlada, porque se a inflação não for controlada, o povo é quem paga o pato. Controlar os nossos gastos, porque a gente não pode gastar mais do que a gente arrecada. Quando a gente gasta, um dia a casa cai e acontece o que aconteceu em 98, acontece o que aconteceu em vários outros planos econômicos que inventaram aqui.

E eu vou dizer para vocês uma coisa: a mim, nunca será dado o direito de errar, nunca. Por isso, se todo mundo tem que ser sério, nós temos que ser



sério e meio, porque nós temos consciência do que foi o sacrifício desse primeiro mandato. Quem esteve no governo sabe, não é, Furlan? As chibatadas que nós tomamos para chegar onde nós chegamos. E chegamos ao final do mandato como o governo mais bem avaliado da história do Brasil desde que os institutos medem a avaliação de um governo. E é pouco diante da pretensão que nós temos, de fazer deste País a nação do século XXI.

Então, eu quero agradecer a vocês. Eu acho que a Zona Franca, hoje, não deve explicações a ninguém. Eu acho que a Zona Franca tem que colher os frutos daquilo que é o resultado que ela conseguiu brotar. Acho que é justo que governadores e prefeitos reiviniquem um pouco de participação na Zona Franca de Manaus. Eu quero dizer que vocês nunca me terão como adversário por reivindicarem isso e, dentro das possibilidades, eu quero que vocês saibam que, naquilo que depender só da vontade do presidente da República, nós iremos aos poucos liberando para tirar o sufoco das cidades e do estado.

Quero agradecer a vocês. Eu, se soubesse que era tão bom ter vindo à primeira reunião depois de 40 anos, esta não seria a primeira, poderia ter sido a segunda. De qualquer forma, eu tenho quatro anos para participar de outras reuniões da Suframa.

Quero desejar a vocês toda a sorte do mundo. Quero dizer aos trabalhadores da Suframa que a gente não pôde dar todo o aumento que era preciso dar, mas demos aquilo que era possível. Sabem por quê? Porque também na área do setor público é que nem praga de gafanhoto, quando um quer aumento, todos querem ao mesmo tempo, e não tem dinheiro, às vezes, para atender todo mundo.

Mas eu acho que já houve o reconhecimento, já houve uma valorização. Certamente, nunca é o que as pessoas, no fundo, no fundo, merecem, mas vocês também têm consciência de que nós sempre seremos verdadeiros com vocês. Quando a gente puder dar, vamos dar. Quando não puder dar, com a mesma honestidade vou dizer: nós não podemos dar. Também jamais ficarei



com bronca de vocês se fizerem greve contra o governo, porque eu nasci fazendo greve e, portanto, não vou ter nenhuma preocupação com uma greve.

Então, o que eu quero é isso, gente. O que eu quero é que a gente aproveite esses quatro anos para ter uma relação de harmonia entre nós. Que a gente consiga passar, com o resultado do nosso trabalho, esperança para uma parcela do povo que nunca vai conseguir entrar aqui nesta sala, para uma parcela do povo que nunca vai conseguir nem chegar perto do Pólo Industrial de Manaus, para gente muito humilde que espera que nós, que conquistamos a cidadania, tenhamos a grandeza de não pensar apenas em nós mesmos e de estender um pouco a mão para eles, para que se aproximem do mundo que nós vivemos hoje.

Que Deus abençoe todos vocês, e boa sorte.

Leia o release sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL151206-1.DOC>